



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

DECISÃO

Referência: Concorrência n.º 006/2021

Objeto: Registro de preços visando futura e eventual contratação de empresa especializada para manutenção e prestação de serviços técnicos de informática para fábrica de software em desenvolvimento e manutenção de sistemas outsourcing) e fábrica de métricas para a medição de sistemas.

Processo Licitatório: 4531663/2021

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto por **BASIS Tecnologia da Informação S.A.**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação que pontuou sua Proposta Técnica, para o Lote 01 no certame em referência.

Em suas razões, aduz a Recorrente que o somatório dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados ultrapassa o valor de 20.000 Pontos de Função, cabendo a Pontuação Máxima nesse quesito.

Aberto o prazo de contrarrazões, as empresas PD CASE Informática Ltda., SIGMA DATASERV Informática S.A. e VIXTEAM Consultoria & Sistemas S.A. apresentaram seus memoriais, rebatendo os argumentos da Recorrente.

Remetidos os autos à Comissão Permanente de Licitação responsável pela condução do certame, para manifestação, esta se manifestou nos termos do relatório acostado aos autos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

É o relatório, em apertada síntese.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

Examinando os autos, identifiquei que a irresignação da Recorrente consiste em discordar da decisão que pontuou sua Proposta Técnica no Lote 01 do certame em referência.

Ab Initio, é imperioso ressaltar que todos os julgados da Administração Pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifei)

Dito isto, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa BASIS Tecnologia da Informação S.A., e das contrarrazões interpostas pelas empresas PD CASE Informática Ltda., SIGMA DATASERV Informática S.A. e VIXTEAM Consultoria & Sistemas S.A.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

No que concerne à alegação da Recorrente acerca de sua pontuação, a Comissão Técnica da Subsecretaria de Tecnologia da Informação da Secretaria de Fazenda (SEMFA/SUB-TI), instituída pelo Decreto Municipal nº 15.643/2013, se manifestou através da Ata de Reunião da Comissão Técnica nº 109/2022, nos termos do arquivo em anexo, e transcrito *in verbis*:

Este ponto já fora respondido por meio do Questionamento nº 6, conforme destaca-se abaixo:

6º PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1. O item 15.1.1.1 estabelece que deva ser apresentado atestado de capacidade técnica que já prestou serviços de desenvolvimento de sistemas utilizando técnica de Análise de Ponto de Função. Sendo a pontuação máxima de 200 pontos, caso a licitante comprove o volume de mais de 20.000 pontos de função em combinação dos itens 15.1.1.1 e 19.7.1 do edital.

Pergunta-se:

a. Os quantitativos previstos e pontuáveis do item 19.7.1 devem ser apresentados num mesmo atestado ou será permitido o somatório de atestados para demonstrar os quantitativos exigidos? Por exemplo: se eu tiver um atestado de 10.000 pontos de função e 6 outros atestados de 2.000 pontos de função, totalizando 22.000 pontos de função esses atestados pontuarão 200 pontos?



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

b. Caso seja permitido o somatório de atestados para demonstrar os quantitativos previstos e pontuáveis do item 19.7.1 esses devem refletir que sua execução tenha se dado num mesmo período de tempo ou não?

Resposta do Setor Técnico:

a. O entendimento está incorreto. Não será permitido somatório de pontuação gerada por atestados diferentes. No exemplo acima, o atestado de 10.000 computará 50 pontos, enquanto os demais, por não terem atingido o limite mínimo (5000 PF) não serão pontuados.

b. Não se aplica, conforme resposta da questão anterior.

Portanto, a Nota Técnica foi atribuída em conformidade com o Edital, bem como com a resposta do 6º pedido de esclarecimento publicado no Portal de Licitações da Prefeitura Municipal de Vitória em 24/02/2022, visto que a nota é atribuída individualmente para cada Atestado apresentado, e após soma-se as notas obtidas pelos atestados para chegar na nota final de cada critério.

Deste modo, a Nota Técnica atribuída à empresa BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A permanece inalterada, e as alegações de recurso não prosperam.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Cumpre destacar que as decisões, em sede de certame licitatório, devem ser sempre baseadas nas determinações objetivamente trazidas pelo Edital.

O edital é, assim, a "lei interna" da licitação, responsável por fixar as regras que disciplinarão a realização do certame e impor, também à Administração e aos concorrentes, as condições que devem ser por todos respeitadas.

Neste interim reside o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, disciplinado pelos artigos 3º, 41 e 55, inciso XI da Lei 8.666/93. Vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

[...]

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

[...]



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.

Segundo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, corolário da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, as normas estabelecidas no Edital são impositivas à Administração e a todo e qualquer particular interessado em participar do certame.

O Tribunal de Contas da União, do mesmo modo, dá ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório a devida importância, vejamos:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (art. 41 da Lei nº 8.666/1993). No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos (art. 44 da Lei nº 8.666/1993). O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle (art. 45 da Lei nº 8.666/1993) (grifei)

(TCU 00863420091, Relator: VALMIR CAMPELO, Data de Julgamento: 07/10/2009)

Verifica-se que, como extensão ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, temos ainda o princípio do julgamento objetivo, o qual vincula a Administração, na apreciação das propostas e demais documentos de habilitação, aos critérios antes estabelecidos no Edital, de modo que, não pode a Administração, no curso do procedimento licitatório, utilizar critérios desconhecidos para aferir a aceitabilidade das propostas.

Cumprе registrar que, os esclarecimentos prestados pela Administração, têm força vinculante tanto para os interessados quanto para a Administração, conforme jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da União e do Superior Tribunal de Justiça:

Os esclarecimentos prestados pela Administração ao longo do certame licitatório possuem natureza vinculante, não sendo possível admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório.
(Acórdão 179/2021-TCU-Plenário)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

10. Quanto ao caráter vinculante dos esclarecimentos prestados, ressalta o doutrinador Marçal Justen Filho que 'é prática usual, fomentada pelo próprio art. 40, inc. VIII, que a Administração forneça esclarecimentos sobre as regras editalícias. A resposta formulada administrativamente apresenta cunho vinculante para todos os envolvidos, sendo impossível invocar o princípio da vinculação ao edital para negar eficácia à resposta apresentada pela própria Administração'. Acrescenta, ainda, que 'a força vinculante da resposta ao pedido de esclarecimento envolve as hipóteses de interpretação do edital. Ou seja, aplica-se quando há diversas interpretações possíveis em face do ato convocatório. Se a Administração escolhe uma ou algumas dessas interpretações possíveis e exclui outras (ou todas as outras), haverá vinculação' ('Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos'. 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, pp. 402/403). (Acórdão 299/2015-TCU-Plenário)

A resposta de consulta a respeito de cláusula de edital de concorrência pública é vinculante; desde que a regra assim explicitada tenha sido comunicada a todos os interessados, ela adere ao edital. (STJ - REsp 198.665/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ de 3.5.1999) (grifei)

Deste modo, os esclarecimentos prestados ao questionamento recebido e disponibilizado no Portal de Compras da Prefeitura



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Municipal de Vitória, vincula a todos e, portanto, cada Atestado de Capacidade Técnica é pontuado individualmente conforme a Tabela do Edital, somando-as posteriormente, como ressaltado nas contrarrazões, na Ata da Comissão Técnica e na Manifestação da Comissão Permanente de Licitação.

Isto posto, ratifico o entendimento exarado pela Comissão Técnica, que manteve a pontuação referente a Proposta Técnica da empresa BASIS Tecnologia da Informação S.A para o Lote 01, visto que três de seus Atestados marcaram, individualmente, 50 (cinquenta) pontos e os demais, por demonstrarem menos de 5.000 (cinco mil) pontos de função, não pontuaram, conforme tabela do instrumento convocatório e esclarecido no questionamento respondido anteriormente à fase de abertura dos envelopes.

III. DO DISPOSITIVO

Diante do exposto, conheço do recurso interposto pela recorrente, porquanto preenchidos os requisitos de admissibilidade. No mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, nos termos da fundamentação delineada.

Vitória/ES, 21 de junho de 2022.

**JAQUELINE
CARMO
MURCA:
91777127734**

Assinado digitalmente por JAQUELINE CARMO
MURCA:91777127734
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade
Certificadora Raiz Brasileira v2, OU=AC SOLUTI,
OU=AC SOLUTI Multipla, OU=23712142000187,
OU=Certificado PF A3, CN=JAQUELINE
CARMO MURCA:91777127734
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022.06.21 17:28:41-03'00'
Foxit PDF Editor Versão: 11.0.1

JAQUELINE CARMO MURÇA

Autoridade Competente em exercício

Central de Licitações, Compras e Contratos